

SINAL PLURAL

Ano 4 | nº 17 | Dezembro 2013

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central



SESSÃO SOLENE

**Câmara dos Deputados
registra 25 anos do Sinal**

ASBAC

**Comary, boa dica para
as férias**

PEC 555/2006

**Nasce a Frente da Mulher
Aposentada e Pensionista**



***No planejamento para 2014, não
esqueça de incluir comodidade para
Você e sua Família.***

Para algumas soluções, conte conosco!

Boas Festas!

0800.646.1055
www.fenasbac.com.br

Fenasbac
Federação Nacional de Associações
dos Servidores do Banco Central

Seguro de Vida | Empréstimo Pessoal | Consórcios



O ano que se encerra trouxe grandes desafios e conquistas ao Sinal.

Em sessão solene, a Câmara dos Deputados homenageou os 25 anos de fundação do sindicato, nascido em 28 de outubro de 1988, 23 dias após a promulgação da Constituição Federal.

Por iniciativa do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), a sessão foi realizada na tarde de sexta-feira, 1º de novembro, com a presença de mais de 80 pessoas, entre elas, parlamentares, o Diretor de Administração do Banco Central do Brasil e amigos. Ex-presidentes do Sinal receberam placas comemorativas pela dedicação à construção de nossa história.

Em 2013, se não houve espaço de discussão para a luta de campanhas salariais, empreendeu-se, por outro lado, intenso trabalho no Congresso Nacional pela instituição de comissão especial para análise da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 147/2012, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que ascende a carreira de especialista do BCB ao topo do Executivo.

A não aprovação das proposições deveu-se, em parte, à ingerência do Poder Executivo, leia-se gestão Dilma Rousseff, no Legislativo. Em novembro, em reunião com representantes dos partidos de sua base aliada e de lideranças do governo, a presidente da República apelou pela não aprovação de projetos que pudessem provocar “impacto” nas contas do governo.

Essa pressão foi também observada junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal durante o julgamento dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. Um abaixo-assinado com a assinatura de vários ex-presidentes do Banco Central e de ex-ministros da Fazenda foi encaminhado pelos atuais responsáveis pela área financeira do governo, tam-

bém signatários do documento, ao STF. O objetivo é “sensibilizar” o Supremo para o risco contra a estabilidade da economia, caso votem a favor dos poupadores e correntistas.

Outra grande vitória foi a apresentação, pelo senador Gim Argello (PTB-DF), do Projeto de Lei (PLS) 363/2013, baseado na proposta elaborada pelo Sinal regulamentando o artigo 192 da Constituição. A defesa de um sistema financeiro voltado aos interesses da sociedade é parte da história do Sinal desde seus primórdios.

O ano termina, mais uma vez, entretanto, sem a votação da PEC 555/2006. Mas, de São Paulo vem uma boa notícia: foi criada a Frente da Mulher Aposentada e Pensionista, que reforçará, entre outras, a luta pela aprovação da proposta.

Outro movimento a ser intensificado em 2014 é o das carreiras de Estado. Em fevereiro nascerá oficialmente a Federação Nacional dos Sindicatos de Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Regulação e Controle, a Fenafirc, uma das lutas do Sinal e outras entidades em favor de nossas categorias.

Entre outros temas, convidamos nossos leitores a conhecer um pouco de Teresópolis, no Rio de Janeiro, mais precisamente, Comary. Hospedando-se na sede da Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac), pode-se passear em uma das mais belas regiões serranas do país e dar uma forcinha, pelo menos em energia, à seleção canarinha. Lá está instalado um dos campos de treinamento mais modernos do globo, o da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Boa leitura! Feliz 2014! Força, Brasil!

*Daro Marcos Piffer
Presidente Nacional do Sinal*



EXPEDIENTE

Sinal Plural

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

Sede Nacional

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo
Ed. Baracat - Asa Sul - Cep 70.309-900
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

Diretoria Executiva Nacional - Biênio 2013/2015

Presidente

Daro Marcos Piffer (São Paulo)

Diretor de Comunicação

Gustavo Diefenthaler (Porto Alegre)

Diretor Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

Diretor Financeiro

Luiz Carlos Alves de Feitas (Curitiba)

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

Diretor de Assuntos Previdenciários

Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Diretor de Relações Externas

Luiz Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

Diretor de Estudos Técnicos

Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor de Assuntos Intersindicais

Iso Sendacz (São Paulo)

Diretor de QVT

José Vieira Leite (Rio de Janeiro)

Presidentes Regionais

Belém - José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte - Mauro Cattabriga de Barros

Brasília - Max Meira

Curitiba - Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza - Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre - Gustavo Diefenthaler

Recife - Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro - Sergio da Luz Belsito

Salvador - Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo - Aparecido Francisco de Sales

Conselho Editorial

Daro Marcos Piffer

Gustavo Diefenthaler

Sérgio da Luz Belsito

Myrian Luiz Alves (jornalista responsável)

Equipe da Sinal Plural

Editora

Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

Designer Gráfico

Michelle Callegário da Silva

Suporte

Edemilson Santos Tavares

Jorge Manoel Custódio Júnior

Ficha Técnica

Impressão - EDISONHO EDITORA LTDA.

Tiragem - 4000 exemplares

Impresso em Papel Couchê - Capa - 180gr | Miolo - 90gr

ECONOMIA

- Mais desoneração. Enquanto isso os salários...

7

- Proposta idealizada há 25 anos pelo Sinal é apresentada em Projeto de Lei do Senado

8

SERVIDORES

- Servidores federais definem calendário de lutas 2014

11

CONGRESSO

- Valorizar o servidor é atender à sociedade

13

- Grito dos aposentados

14

- Luta pela PEC 555 é reforçada com a criação da Frente da Mulher Aposentada e Pensionista

16

- PEC da isonomia será analisada na Câmara dos Deputados

18

FENAFIRC

- Marcada a fundação da Fenafirc

19

BRASIL

- Geração canguru

20

TURISMO

- Antes da Copa, que tal visitar Comary?

23

SINAL 25 ANOS

- 25 anos de lutas e conquistas

29

JUSTIÇA

- Sinal questiona postura da direção do BCB durante julgamento da correção de planos econômicos no STF

37

PRATA DA CASA

- Calovi e a dignidade da representação classista

39

COSTUMES / CULINÁRIA

- Rabanada

41

QUALIDADE DE VIDA / SAÚDE

- Cansaço prejudica cotidiano de brasileiros

43

CULTURA POPULAR

- Tempo de brincar

44

Notícias do Parlamento – Atuação do Sinal em 2013

Luís Carlos Paes de Castro | Diretor de Relações Externas

O Congresso Nacional, composto por 513 deputados e 81 senadores, constitui-se no Poder mais democrático e representativo do País. Nele estão presentes quase todas as correntes políticas, expressando as mais diversas opiniões existentes na sociedade. Verifica-se, por outro lado, que existem profundas distorções na representatividade em função da influência do poder econômico e dos meios de comunicação nos processos eleitorais, temas centrais de uma necessária e urgente reforma política. Abstraindo esta última questão, entretanto, em suas duas casas - Câmara dos Deputados e Senado - ocorrem grandes debates e se aprovam o orçamento anual da República e todas as leis que impactam a vida de todos os cidadãos, aí incluídos os servidores públicos, ativos, aposentados ou pensionistas.

Atualmente, entre as várias matérias em tramitação, destacamos duas Propostas de Emenda Constitucional, a PEC 555/2006 e a 147/2012. A primeira busca corrigir parcialmente a injustiça perpetrada pela Emenda Constitucional 41 contra os servidores públicos, que instituiu a taxação previdenciária dos aposentados. A PEC aguarda apenas a assinatura do líder do PT, o deputado cearense José Nobre Guimarães, em requerimento que conta com o apoio de todos os demais líderes partidários, solicitando que o presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), coloque-a em votação.

Os dois deputados, na realidade e em linguagem corriqueira no Parlamento, “sentaram” em cima da PEC por orientação do Planalto que não deseja perder essa receita tributária, num momento de restrições orçamentárias.

Por outro lado, a PEC 147/2012, que coloca as carreiras de especialista e de procurador do Bacen no topo remuneratório do executivo (90,25% do subsídio dos ministros do STF), até o fechamento desta edição, aguardava votação na Comissão Especial da Câmara

para ser encaminhada ao Plenário. Esta PEC, também em função das restrições orçamentárias já referidas e da falta de acordo entre os parlamentares poderá ter sua votação adiada para 2014.

Outros três Projetos de Lei (PL), entre outros, foram motivo de maior acompanhamento do Sinal. O PL 3351/2012, de autoria do deputado João Dado (SDD-SP), que dispõe sobre as Carreiras Típicas de Estado, aguarda o parecer do deputado Policarpo (PT-DF), relator do projeto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Baseado em proposta elaborada pelo Sinal e em colaboração com os sindicatos da CVM e Susep, o senador Gim Argello (PTB-DF) apresentou projeto que regulamenta o artigo 192 da Constituição, denominado PLS 363/2013.

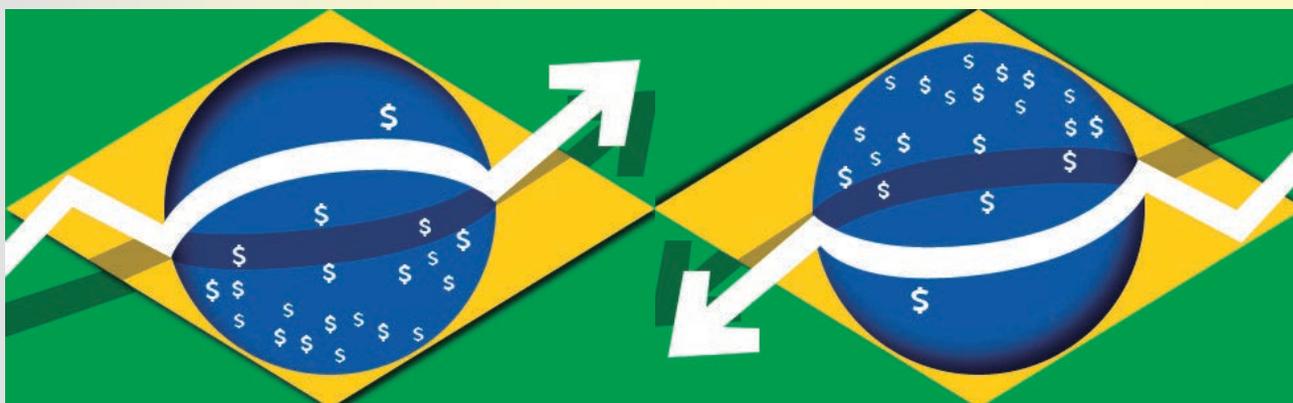
E, por fim, a proposta em debate na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição (CMCLF), sobre a regulamentação do art. 37, inciso VII da CF-88, que trata do direito de greve dos servidores públicos. Das várias propostas que tratam do tema, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou um substitutivo, baseando-se principalmente no PLS 170/2011, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Segundo a opinião unânime dos sindicatos e das centrais sindicais, o relatório de Romero Jucá, ao estabelecer, entre outras exigências, a manutenção de 50 a 80% do contingente trabalhando, restringe bastante o direito de greve e não trata da negociação coletiva (prevista na Convenção 151 da OIT e já recepcionada pelo Brasil), que antecede e, na maioria das vezes, se bem conduzida, pode evitar a deflagração da greve.

A ação desenvolvida pelas centrais e os sindicatos de servidores tem sensibilizado diversos senadores e deputados e poderá evitar que, na prática, por meio de uma lei ordinária, o direito de greve, inserido na Carta de 88, seja eliminado.

Mais desoneração. Enquanto isso, os salários...

Clóvis de Lima Barbosa Júnior | Diretor Jurídico do Sinal Recife



A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da igualdade (art.5º, caput), e o da isonomia tributária (art. 150, inciso, II).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Pois bem, num só ato o Governo Federal, com a edição da MP 627 (que trata do Programa Refis) consegue desrespeitar tais princípios constitucionais, alegando reduzir a litigiosidade que geram os tributos PIS/CONFIS, IRPJ, CSLL, e concede ao setor financeiro e grandes empresas, Bancos e multinacionais, descontos em multas, ao mesmo tempo em que alonga ainda mais o prazo para parcelamento das dívidas, passando de 120 para 180 meses:

[...] Entre os atrativos, os débitos dos bancos e seguradoras pagos à vista terão desconto ainda maior nas multas. A redução será de 100% para todos os tipos de multa. Os juros de mora também serão zerados para quem quitar a dívida à vista. Antes, o desconto para multas isoladas era de 80% e para juros de mora, de 45%.

O Refis dos Bancos abrange dívidas de instituições financeiras e companhias seguradoras relativas a PIS e Cofins vencidas até 31 de dezembro de 2012.

Multinacionais — A MP 627 também modifica regras para beneficiar as multinacionais. Entre elas, além de aumentar de 40% para 50% o desconto nos juros de mora incidentes sobre os valores parcelados, o novo texto amplia de 120 para 180 o número total de prestações do programa. Pelo Refis das Coligadas, as empresas brasileiras com coligadas ou controladas no exterior poderão parcelar ou pagar os débitos relativos ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) vencidos até 31 de dezembro de 2012. [...]

(Fonte: VEJA)

De acordo com a exposição de motivos da MP, assinada pelo ministro da fazenda, §101, a renúncia fiscal beira R\$ 10 bilhões (R\$ 9,94 na verdade), nos próximos três anos, de 2014 a 2017:

“101. O impacto financeiro da medida, com relação ao disposto nos artigos 67 e 68, será de R\$ 1,77 bilhão em 2014, R\$ 1,77 bilhão em 2015 e R\$ 1,77 bilhão em 2016. O impacto financeiro da medida, com relação ao disposto no § 2º do art.73, será de R\$ 14,35 milhões em 2015, R\$ 15,79 milhões em 2016 e R\$ 17,36 milhões em 2017 e, com relação ao disposto no art. 86, será de R\$ 1,38 bilhão em 2015, R\$ 1,52 bilhão em 2016 e R\$ 1,678 bilhão em 2017. Ressalte-se que a medida não acarreta impacto financeiro para o ano de 2013.”

O verdadeiro objetivo dessa medida é o reforço de caixa no exercício que se finda, concedendo injustificável tratamento a setores da economia que têm cada vez maiores lucros, especialmente o setor financeiro, não produtivo. Privilegiando poucos, até incentiva futuros atrasos naqueles tributos, ao contrário do tratamento dado ao cidadão comum.

E por que essa medida é tão vergonhosa? Enquanto isso:

- O Governo absorve renda do servidor público ao conceder reajustes na base de 5% a.a., abaixo da inflação oficial, recusando-se a negociar verdadeiramente com os trabalhadores;
- Foi necessária a atuação do Sindifisco para propor lei de iniciativa popular para atualizar a Tabela de Imposto de Renda, defasada desde 1996, já que o Governo se omite;
- O assunto litigiosidade da ação dos 28,86% dormita nos gabinetes ministeriais, sem qualquer interesse ou pressa na solução;
- Reduz a atuação do Estado, contrariando o clamor popular, nas recentes manifestações, com os drásticos cortes no Custeio, como ao que foi submetido o próprio Banco Central, que provocou, dentre outras medidas, a redução das inspeções externas, corte de mão de obra terceirizada, estagiários, impressoras, energia, ar condicionado, internet, telefonia etc.

Assim, é fácil verificar a contradição do Governo, que se do lado da Despesa Pública, reduz o Custeio, do lado da Receita, concede injustificáveis benefícios a um grupo restrito e privilegiado, como estes observados na vergonhosa MP 627. Ainda sob o argumento de reduzir a litigiosidade quanto àqueles tributos, esquece-se que há na litigiosidade com o Servidor Público, que em muitos casos envolve pessoas idosas, um dado ainda mais cruel, e desumano, que a justiça tardia é a consagração da injustiça.

Privilegiar o setor financeiro é referendar a atuação de um setor que cada vez mais se destaca com altos índices de reclamações e baixa qualidade dos serviços prestados à população, já que encabeça os principais rankings nos órgãos de defesa do Consumidor.

Proposta idealizada há 25 anos pelo Sinal é apresentada em Projeto de Lei do Senado



Elaborada pelo Sinal, a proposta do “Sistema Financeiro Cidadão” teve início na XXII Assembleia Nacional Deliberativa (AND), de 2008, em Canela (RS), que determinou, em ata, as diretrizes agora inseridas no Projeto de Lei de Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional

Para dar sequência e organização àquela tarefa, nos dias 29 e 30 de abril de 2010, o Sinal promoveu, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o seminário “A Regulamentação do art. 192: Desenvolvimento e Cidadania”, no auditório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), em São Paulo.

Organizado no formato mesa-debate, com quatro temas – Visão de Futuro para o Sistema Financeiro

Nacional; O Sistema Financeiro e o Desenvolvimento Nacional; Inclusão Bancária e Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeiro e Banco Central: Função de Estado, Autonomia e Controle Social –, contou com a participação de representantes do Banco Central do Brasil, entre eles, o então presidente Henrique Meirelles, das centrais sindicais CGTB, CTB, CUT, NCST e UGT, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), International Finance Corporation (IFC), das confederações nacionais da Agricultura e Pecuária (CNA), Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Indústria (CNI), Ministério Público Federal (MPF), parlamentares, e, obviamente, do Sinal e do Ipea.

Além do seminário, foram constituídos grupos de estudo, discussões em blog específico do tema, e visitas às regionais. O resultado foi apresentado e

debatido, tendo sua versão final aprovada na XXIV AND, de 2010, realizada em Florianópolis.

Posteriormente emendada pelos sindicatos de servidores da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados (SindSusep), na parte que lhes diz respeito, a proposta foi apresentada pelo senador Gim Argello (PTB-DF), após os trabalhos de articulação e intensificação realizados no Congresso,

voltados à importância de se regular o sistema financeiro por meio de uma lei orgânica única e completa – o Projeto de Lei Complementar (PLS) 363/2013, como desejava a constituinte original, em contraposição à posterior modificação do artigo 192, implementada pela Emenda Constitucional 40/2003, que possibilitou a normatização em partes, e que pode ser muito danosa ao SFN, pelo risco de se tornar impraticável dada a complexidade dos múltiplos interesses em jogo.

Brasil: 10% mais ricos têm 42% dos rendimentos

A pesar da melhoria o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda dentro do país, em 2012, os 40% mais pobres da população brasileira eram responsáveis por 13,3% da renda total, enquanto os 10% mais ricos tinham 41,9%.

Segundo a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida dos brasileiros, do IBGE, divulgada no final de novembro, o Índice de Gini caiu de 0,556 em 2004 para 0,507 em 2012 – quanto mais próximo de 0, melhor a distribuição da renda.

Se em 2002 os 10% com os maiores rendimentos ganhavam 16,8 vezes mais do que os 40% com as menores rendas, a proporção caiu para 12,6 em 2012. De acordo com

a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2013, que analisou os dados de 2012, 6,4% das famílias recebiam até um quarto de salário mínimo por pessoa e 14,6% estavam na faixa entre um quarto e meio salário mínimo *per capita*.

(Fonte: Terra)



Servidores federais definem calendário de lutas 2014

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DOS SERVIDORES FEDERAIS 2012

Servidor valorizado = Serviço público de qualidade

- Definição de data-base (1º de maio)
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDESE, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINIBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINASEMPU, SINPECPF e UNACON-SINDICAL

Campanha Salarial Unificada/2013 dos servidores federais

UNIR TODAS AS

- Definição de data-base (1º de maio)
- Política Salarial permanente com correção das distorções, reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios

Todos juntos de novo
"Por servidores valorizados e serviços públicos de qualidade para os brasileiros".

ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, ASSIBGE-SN, CNTSS, CONDESE, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, CTB, CUT, FASUBRA, FENAJUFE, FENALE, FENALEGIS, FENAPRE, FENASPS, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAGENCIAS, SINAIT, SINAL, SINASEFE, SINASEMPU, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINDLEGIS, SINPECPF, SINIBACEN, e UNACON-SINDICAL

2014





O Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, integrado pelo Sinal, definiu em reunião de novembro a pauta da Campanha Salarial Unificada 2014. Um dos principais pontos a serem reivindicados já no início do ano é a luta pela antecipação da parcela de 5% da reposição salarial, prevista para janeiro de 2015.

A agenda de mobilização inclui o apoio à Auditoria Cidadã da Dívida. Em detrimento de investimentos em saúde e educação, direitos conquistados na Carta Magna, a dívida pública já consome mais de 42% do Orçamento em pagamento de juros e amortizações.

Calendário de Mobilização

- **22 de janeiro** – Lançamento da Campanha Salarial Unificada com atos nas unidades da Federação
- **5 de fevereiro** – Lançamento Nacional da Campanha Salarial 2014 com Marcha à Brasília
- **6 de fevereiro** – Seminário Nacional sobre Dívida Pública
- **7 de fevereiro** – Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais
- **Segunda quinzena de março/primeira quinzena de abril**. Período indicativo para início da greve dos servidores federais, caso o governo não atenda as reivindicações das categorias
- Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada de medidas provisórias e projetos de lei contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios
- Antecipação da parcela 2015 dos acordos salariais firmados em 2012

Reivindicações

- Definição de data-base salarial em 1º de maio

Valorizar o servidor é atender à sociedade

Deputado Policarpo (PT-DF) | Agrônomo e servidor público



O deputado Policarpo integra a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão Especial que analisa a PEC 147/2012

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) tem 25 anos de luta em favor de sua categoria, e também tem sua história fortemente marcada pelo aprimoramento do sistema financeiro

brasileiro, imprescindível para o desenvolvimento do país. Essas são metas que se complementam.

A eficiência da máquina pública não acontece somente porque o governo decide melhorar os servi-



ços públicos. As melhorias começam a acontecer também porque os servidores sentem necessidade de mudança. São eles o contato direto com a população; e, quando a máquina não funciona, são os servidores públicos que sentem as dificuldades em sua rotina de trabalho.

Por isso, podemos dizer que, quando os servidores reclamam por melhores condições de trabalho, estão reclamando para que se concretizem as transformações sociais que a população deseja. Estão reclamando por melhorias que vão beneficiar a população que paga impostos para ser bem atendida.

Como servidor público que sou, meu mandato na Câmara Federal está comprometido com o aprimoramento do serviço público, e compreendo a necessidade de serem atendidas as reivindicações dos servidores. É neste sentido a minha luta no Legislativo para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 147/2012, que fixa parâmetros para remuneração de categorias como a dos profissionais do Banco Central.

A aprovação dessa PEC colabora com a valorização do quadro de pessoal do Banco Central e, em conse-

quência, com a estabilidade e o bom funcionamento do Estado brasileiro.

A carreira dos servidores do Banco Central está vinculada à execução de atribuições indispensáveis ao Estado. Os profissionais têm tarefas de execução de funções típicas da autoridade monetária do Estado, tais como emissão de moeda e supervisão do sistema financeiro nacional, atividades que exigem alto grau de responsabilidade, e por esse motivo considero essencial que sua remuneração seja assegurada de modo digno.



Como membro da Comissão Especial que analisa a PEC 147 na Câmara Federal, participo de todas as reuniões com os representantes das categorias abrangidas pela proposta, com o intuito de aprofundar o debate sobre o assunto e me posicionar de modo coe-

rente com as expectativas dos servidores e com as necessidades do Brasil.

É meu compromisso continuar apoiando os servidores, auxiliando-os no convencimento dos colegas deputados, para que os parlamentares entendam a importância das demandas desses trabalhadores junto ao Legislativo e passem a ser também colaboradores com a causa desses profissionais tão essenciais para o desenvolvimento nacional.

Grito dos aposentados

Agapito Machado | Juiz Federal, professor da Universidade de Fortaleza (Unifor)

Em razão da distribuição de diversas benesses, algumas de cunho eminentemente eleitoreiro, com o intuito de angariar a confiança do povo nas eleições, há 10 anos o governo federal comete tremenda injustiça aos servidores aposentados que, após anos de trabalho, continuam tendo descontada dos seus proventos, de modo legal, porém injustamente, a contribuição previdenciária.

Quando mais precisa de recursos, que é na velhice, o aposentado tem de voltar a trabalhar, de alguma maneira, para minorar o prejuízo que sofre com o referido desconto, no percentual de 11%, ou permanecer trabalhando, até aos 70 anos de idade, para receber o compensatório abono de permanência.

Antes do seu inusitado falecimento, o ex-presidente Juscelino Kubitschek revelou receio de o “monstro acordar”, referindo-se ao grito do povo por melhorias.

O Brasil, qualquer que tenha sido o partido político que emplacou um presidente da República, não buscou construir um país justo, eis que os eleitos apenas prometeram melhorias, que nunca se concretizaram, notadamente quanto às reformas política e tributária.

Não é possível conviver com a severa ganância tribu-

tária, em função da qual se trabalha quatro meses do ano só para engordar as contas do Fisco Federal, isso apenas quanto ao Imposto de Renda, sem se falar dos demais impostos diretos e indiretos que pagamos.

Certa vez, o ministro do STF Marco Aurélio peitou o governo propondo-lhe que ficasse com todo o seu salário (hoje subsídio), reservando-lhe, apenas, o correspondente a 27,5% (a alíquota máxima do Imposto de Renda), desde que lhe garantisse saúde, segurança, moradia, educação aos filhos e outras necessidades essenciais. O governo não topou, nem o atual também toparia.

“O atual Brasil não respeita os trabalhadores que, por ele, lutaram e deram seu sangue, suor e lágrima e que, hoje, são os aposentados.”

Dada a omissão do Congresso Nacional, que não desencilha vários projetos de lei, que lá estão em “banho Maria”, como é o caso da PEC 555/2006, a juventude foi e continua indo às ruas reivindicando melhorias para a sociedade, o que provocou o parlamento a colocar em votação alguns desses importantes projetos.

O atual Brasil não respeita os trabalhadores que, por ele, lutaram e deram seu sangue, suor e lágrima e que, hoje, são os aposentados. Não basta o Estatuto do Idoso. É preciso cumpri-lo para reduzir a desigualdade com o aposentado.

Como todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, os ci-



dadãos estão nas ruas pedindo apenas o cumprimento da Constituição, ou seja, clamando por uma sociedade com verdadeira cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, da livre iniciativa, uma sociedade livre, justa e solidária, garantia do desenvolvimento nacional, da erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais, com a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No Ceará, alguns anos atrás, no início da década de 2000, quando ainda juiz da 4ª. Vara Federal, acolhemos o que talvez tenha sido o primeiro Mandado de Segurança impetrado no Brasil, para determinar, como determinei, a não se descontar a contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria daquele impetrante, considerando inconstitucional *"incidenter tantum"* a lei federal que a instituíra. Afirmei, naquela oportunidade, que *"quem comeu a carne que roa os ossos"*, expressão que usei na sentença para demonstrar que o governo usufruiu do trabalho do impetrante, durante toda sua juventude, e quando o mesmo está velho, cansado e até doente, cobra-lhe a contribuição para a previdência.

"Não é possível conviver com a severa ganância tributária, em função da qual se trabalha quatro meses do ano só para engordar as contas do Fisco..."

Todavia, o governo federal da época, vendo que a mera Lei Ordinária não se sustentava perante o Judiciário, que sempre assegura o direito adquirido dos cidadãos, resolveu aprovar a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, art. 4º, que até hoje tem vigência e aplicação, instituindo a cobrança da referida contribuição.

Está na hora dos aposentados, tal qual fez e continua fazendo a juventude, se unirem e, pacificamente, partirem para a rua, reivindicando ao Congresso Nacional que aprove, sem mais delongas, a PEC 555/2006, que tem por escopo extinguir a malsinada/injusta/desumana/perversa contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados, e que ali dorme sono intenso aguardando, desde 2012, uma tal audiência pública. É que, somente uma nova Emenda Constitucional será capaz de tornar sem efeito a Emenda anterior, que instituiu tal contribuição. Com a palavra aqueles que querem lutar em prol dos aposentados, eis que foram eles que deram sangue, suor e lágrima para o engrandecimento do Brasil.

* Publicado no *Correio Braziliense*, em 04/11/2013



Luta pela PEC 555 é reforçada com a criação da Frente da Mulher Aposentada e Pensionista

Requerimento de inclusão da proposta na pauta de votação da Câmara ainda depende de assinatura do líder do PT, deputado José Nobre Guimarães

A Frente São Paulo pela PEC 555/2006, ampliando os caminhos para a extinção gradual da cobrança previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas, apoiou e viu nascer a Frente da Mulher Aposentada e Pensionista, reforço fundamental na luta pelo fim da injustiça instituída pela reforma de 2003.

A história demonstra que o engajamento efetivo das mulheres nas mais diversas batalhas tem sido de essencial importância para as grandes vitórias.

A partir de agora, aos cartazes amarelos, já famosos no Congresso Nacional, exigindo a votação imediata da Proposta de Emenda à Constituição 555/2006, irão se juntar os de cor rosa com os dizeres: Sou Mulher, exijo respeito! PEC 555/2006, já!

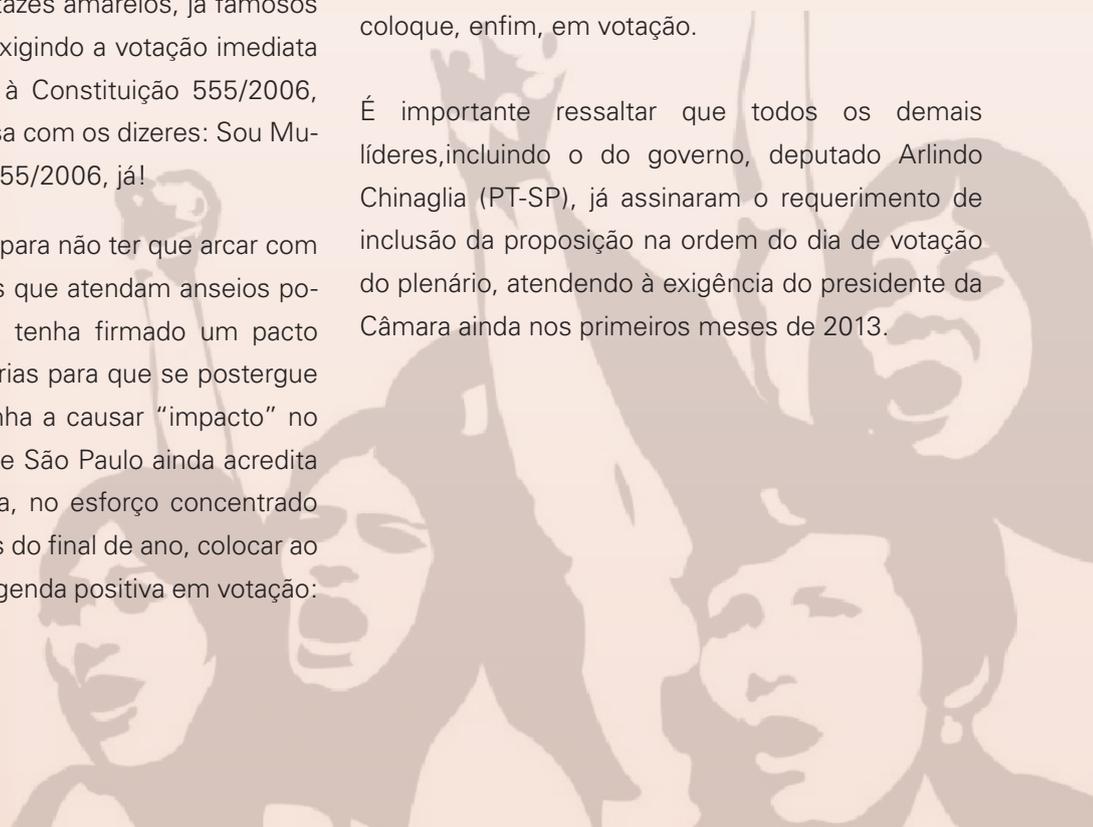
Muito embora o governo, para não ter que arcar com o ônus de vetar propostas que atendam anseios populares em ano eleitoral, tenha firmado um pacto com as lideranças partidárias para que se postergue qualquer votação que venha a causar “impacto” no orçamento federal, a Frente São Paulo ainda acredita que possa convencê-las a, no esforço concentrado da Câmara dos Deputados do final de ano, colocar ao menos um item de uma agenda positiva em votação: a PEC 555/2006.

Os argumentos para que a votação aconteça são simples:

- A arrecadação com essa contribuição significa menos de 0,12% do orçamento federal.
- A supressão desta contribuição injusta dinamizará a economia com o consumo de bens básicos que virão com o maior rendimento dos aposentados e pensionistas.
- Os impostos que incidirão sobre os rendimentos dos aposentados e pensionistas, mais os agregados ao maior consumo correspondente, compensarão em boa parte esta suposta “perda de arrecadação”.

A matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados há sete anos, aguarda apenas a assinatura do líder do partido da presidente Dilma Roussef, deputado José Guimarães (PT-CE), para que o presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a coloque, enfim, em votação.

É importante ressaltar que todos os demais líderes, incluindo o do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), já assinaram o requerimento de inclusão da proposição na ordem do dia de votação do plenário, atendendo à exigência do presidente da Câmara ainda nos primeiros meses de 2013.



Sinal intensificará luta pela aprovação da PEC 147/2012 em 2014 ✓



Uma das prioridades das articulações do Sinal no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que eleva os subsídios dos especialistas do Banco Central ao nível máximo do Executivo, tem sua origem vinculada à tramitação de outra PEC, a 443/2009, que trata das carreiras jurídicas.

A partir da realização, em 2011, de audiências públicas em várias regiões do País, as direções sindicais viabilizaram acordo com os deputados José Mentor (PT-SP) e Mauro Benevides (PMDB-CE), respectivamente presidente e relator da Comissão Especial da PEC 443, no sentido de propor uma nova PEC, incluindo servidores do Banco Central e Auditores da Receita Federal e do Ministério do Trabalho no mesmo nível das carreiras jurídicas, então em debate. Assim, a 147 estabelece que o teto salarial dos servidores do Banco Central, dos auditores da Receita Federal do Brasil e dos auditores fiscais do Trabalho

será de 90,25% do salário dos ministros do STF, atualmente de R\$ 28.059,00.

Amauri Teixeira (PT-BA), auditor fiscal da Receita Federal, foi o patrocinador da nova proposição, que recebeu o número de 147/2012. O acordo previa que a PEC original, a 443, aguardaria a tramitação da nova proposta, a 147, para que ambas fossem votadas simultaneamente pelas comissões especiais. Para isso, a composição da nova PEC deveria ter basicamente os mesmos membros, o mesmo presidente e o mesmo relator. E foi o que ocorreu.

Ainda no momento da apresentação da PEC, no final de 2012, quando os dirigentes constataram problemas de redação e manifestaram o anseio de propor sugestões, os parlamentares informaram que o principal seria "dar vida à PEC", conseguir sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, criar e compor a Comissão Especial e eleger o seu presidente e relator. A partir daí, salientaram, apresenta-se as modificações pretendidas.



Vencida esta etapa, abriu-se o prazo para emendas e o Sinal conversou com vários deputados, em especial com o presidente e o relator da comissão. Ao mesmo tempo, o sindicato apoiou a iniciativa do Sintbacen, proponente da emenda assinada pela deputada Érika Kokai (PT-DF). Ao fim do prazo para a apresentação de emendas verificou-se a existência de um grande número de propostas, contemplando pleitos de diversas categorias.

Posteriormente, sentindo junto aos parlamentares a enorme dificuldade de prosperar a emenda da deputada e qualquer outra que contemplasse a inclusão de cargos de nível médio, o Sinal propôs ao relator Mauro Benevides um último texto alternativo (ver quadro).

Não passando esse texto em sua totalidade, resta ainda a possibilidade futura de o cargo de Técnico vir a ser contemplado, ao se configurar a sua transformação para nível superior.

Por enquanto, prevalece o impasse nas duas comissões. O presidente e o relator, acompanhados de parte dos deputados, defendem a manutenção do acordo e a aprovação

das emendas originais com poucos ajustes nos textos e inclusão no máximo de mais uma carreira em cada uma delas. Por outro lado, outros membros propõem a inclusão de várias carreiras nas duas proposições. Incluem os auditores do Ministério do Trabalho, da Receita Federal e dos fiscos estaduais e municipais na 443, e de quase todas as carreiras que conseguiram apresentar emendas na 147.

Além das dificuldades naturais de aprovar as PECs, pela ampliação do número de carreiras beneficiadas, o que gera um maior impacto financeiro, o poder Executivo, nos últimos dias de novembro, firmou um pacto com os líderes dos partidos de sua base no Congresso para que não se vote nada que implique elevação de gastos para o orçamento da União.

Apesar dessa situação e desse último movimento do Executivo, foram marcadas reuniões em dezembro, em parte prejudicadas por outras agendas típicas de final de ano legislativo.

No fechamento desta edição, a comissão ainda não havia votado o relatório.

A luta, portanto, continua em 2014!

PEC da isonomia será analisada na Câmara dos Deputados

No dia 4 de dezembro, foi realizada a sessão de instauração do colegiado que vai analisar a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 170-A/2012, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que determina proventos integrais com paridade ao servidor que se aposentar por invalidez permanente em decorrência de qualquer tipo de doença, e não apenas daquelas previstas em lei.

A proposta vale para os que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003. Ela amplia o alcance da PEC 270/2008, também de autoria de Andreia Zito, incluída na Carta Magna como Emenda 70.





Marcada a fundação da Fenafirc



No dia 3 de fevereiro será oficializada a fundação da Fenafirc – Federação Nacional dos Sindicatos de Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Regulação e Controle, entidade que agregará representações de carreiras típicas de Estado.

A data foi determinada em reunião realizada em 26 de novembro no Sindicato Nacional dos Servidores Efe-

tivos das Agências Reguladoras Federais (Aner Sindical), em Brasília, com representantes de entidades componentes da futura federação, entre elas o Sinal.

Aguarda-se a publicação do edital de convocação do ato, ao qual será dada ampla publicidade na forma da Lei e das portarias ministeriais que regulam o registro sindical.



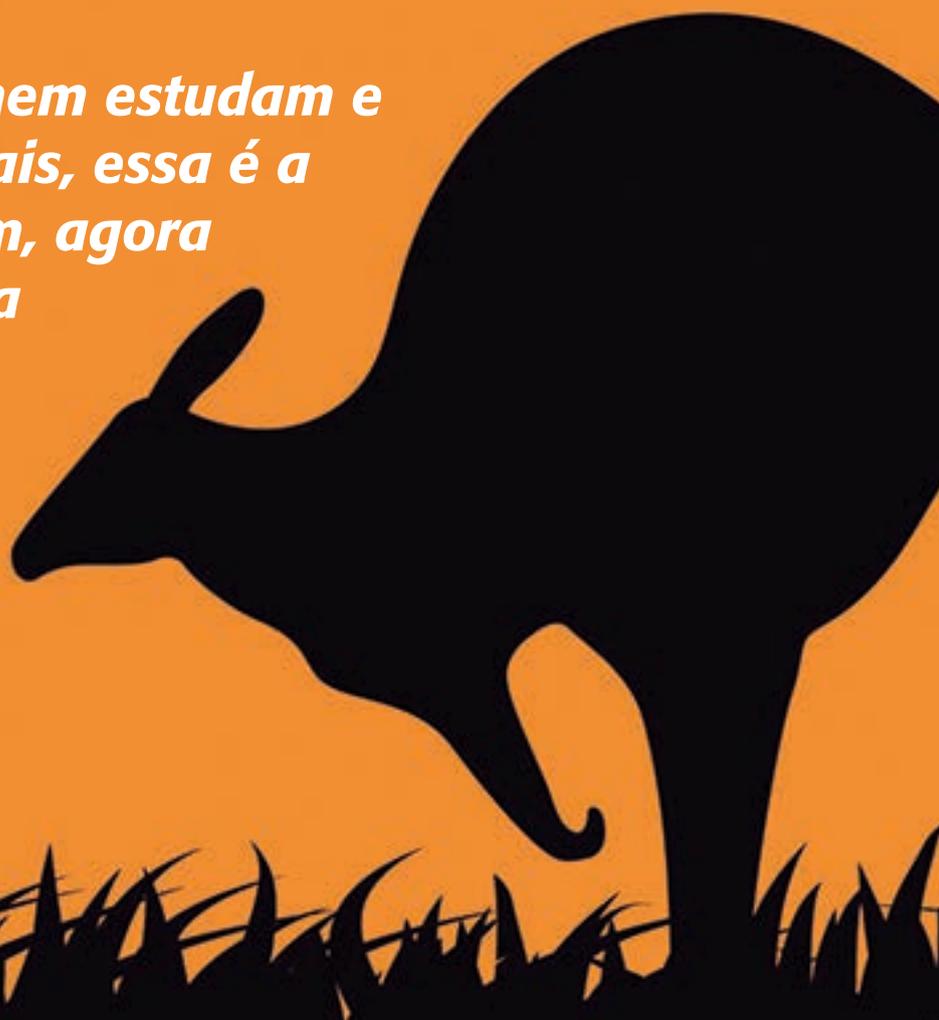
Dirigentes sindicais finalizam texto do Estatuto da Fenafirc, em reunião de 26 de novembro, na sede da Aner Sindical, em Brasília



BRASIL

Geração canguru

Nem trabalham nem estudam e moram com os pais, essa é a geração nem-nem, agora também chamada "canguru"

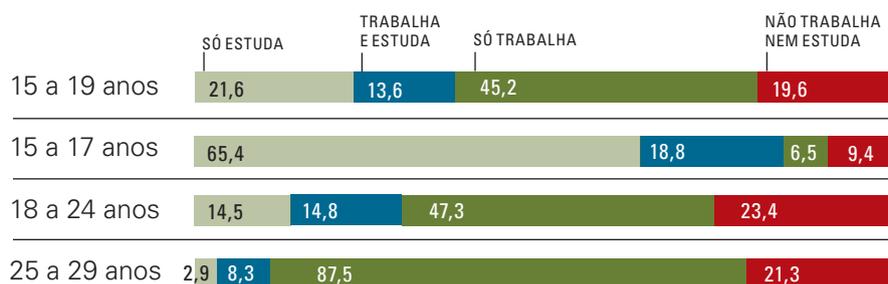


JOVENS MAIS DEPENDENTES

Tipo de atividade

EM PORCENTAGEM

Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, na semana de referência, segundo os grupos de idade.



O tema é recorrente aqui na *Sinal Plural*. O ócio que atinge grande parcela de nossa juventude foi novamente destaque dos dados apresentados no final de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2012, 9,6 milhões de jovens de 15 a 29 anos não trabalhavam nem estudavam.

Os indicadores mostram que 70,3% dos jovens que não trabalham e não estudam são mulheres. Dessas jovens que não têm atividade produtiva, 58,4% tinham pelo menos um filho. A maior parte dos jovens “nem-nem” (38,6%) tem ensino médio completo, ou seja, deveria ter seguido para um curso superior ou ingressado no mercado de trabalho.

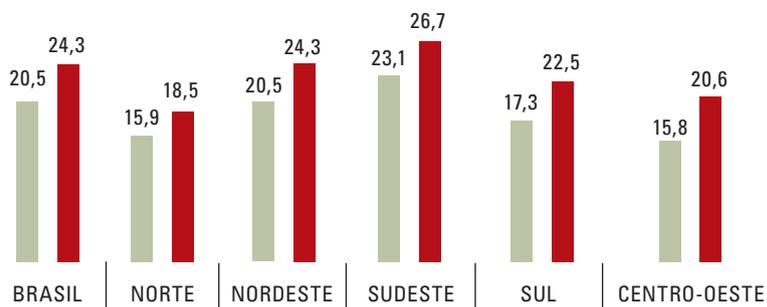
A proporção é de um para cada cinco brasileiros dessa faixa etária (19,6%). Na faixa de 18 a 24 anos a situação é ainda mais dramática, chega a 23,4%. “Não significa que são encostados ou que são um bando, mas é um fator preocupante, porque não é possível que pessoas desta idade não estudem nem trabalhem”, alerta a técnica do IBGE, Ana Saboia.

No outro extremo, um percentual também alto, de 32,4%, sequer completou o ensino fundamental. O Nordeste é a região com maior proporção de jovens que não estudam nem trabalham, em todas as faixas etárias estudadas. Na faixa de 18 a 24 anos, Alagoas tem nada menos que 35,2% da população que não estuda nem trabalha. Na região metropolitana do Recife, o índice também é preocupante: 31,8% dos jovens de 18 a 24 anos não têm atividade produtiva.

Quantos moram com os pais

EM PORCENTAGEM 2002 2012

Proporção de pessoas 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares cuja condição no arranjo familiar era filho (a).



Antes da Copa, que tal visitar Comary?

Além da beleza exuberante da região serrana fluminense, a área abriga a concentração da seleção brasileira, um dos mais modernos centros de treinamento de futebol do mundo. E também uma das mais bonitas sedes campestres da Asbac



No ano em que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo, uma boa dica de viagem é conhecer ou revisitar Comary, no município de Teresópolis, a 80 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. A região, uma das mais bonitas do país, abriga a Granja Comary, local de concentração da seleção pentacampeã de outras categorias apoiadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Seu mais conhecido cartão postal é o Pico Dedo de Deus, na Serra dos Órgãos.

Lá também se encontra uma das sedes campestres da Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac), que recebeu nos últimos quatro anos mais de R\$ 400 mil em investimentos de infra-estrutura e modernização.

Os valores foram aplicados na reforma do sistema de esgoto, telhados, estacionamento, instalação de internet *wireless* e vídeo-monitoramento, assim como na recuperação de churrasqueiras, substituição de toldos, com ampliação das áreas cobertas, e melhorias nas piscinas.



Conforto com bola no pé

A 1.200 m de altitude, o centro de treinamento da CBF é um dos mais modernos do mundo. Em uma área de 150 mil m², estão três campos com medidas oficiais da FIFA (105 x 68 metros), 22 apartamentos de 25 m² cada (capacidade para duas pessoas), banheiros privativos, telefones e televisores, um conjunto apoiado por infra-estrutura com sala de jogos, sala de vídeo, sala de preleção, restaurante, lanchonete, lavanderia, biblioteca e sala de imprensa.

Os atletas têm à disposição amplos vestiários com duchas e banheiras de hidromassagem, sauna seca, ducha escocesa, departamento médico-odontológico, ginásio com quadras reversíveis, piscina e uma moderna sala de musculação.





Sede da Asbac em Comary

Fauna e flora exuberantes no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Criado em 1939 – terceiro mais antigo do país –, o parque tem uma área de 11 mil hectares, entre os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro.

Por sua paisagem, fauna e flora da encosta Atlântica, cerca de 100 pessoas são atraídas com as mais variadas opções de lazer: trilhas para *treking*, cachoeiras, rochas para escaladas, piscina natural e áreas para piquenique e *camping*.

Na travessia Petrópolis-Teresópolis são 42 km de extensão de cumes de montanhas dos dois municí-

pios – Dedo de Deus, Escalavrado, Dedo de Nossa Senhora, Cabeça de Peixe, Verruga do Frade, Agulha do Diabo, Açú e Pedra do Sino, ponto culminante da Serra dos Órgãos, com 2.263 m de altitude. Pode-se alcançá-lo percorrendo uma trilha de 14 km em aproximadamente quatro horas de caminhada.



Flora

O parque situa-se no domínio da Mata Atlântica, um dos biomas mais críticos para a conservação da biodiversidade global. Por essa razão, em 1991, a Unesco a declarou Reserva da Biosfera. A Serra dos Órgãos foi classificada pelo Ministério do Meio Ambiente como de extrema relevância para a conservação da flora.

Entre os vegetais encontrados no parque destacam-se as palmeiras, bambus, taquaras, inúmeras árvores frutíferas, bromélias, orquídeas, begônias, quaresmeiras e espécies de grande porte, como jequitibás, ipês, jacarandás e maçarandubas.

Fauna

Foram registradas 462 espécies de aves, 83 de mamíferos e 101 de anfíbios, além de muitas espécies endêmicas e ameaçadas. O parque, que ocupa apenas 0,001% do território nacional, abriga cerca de 20% das espécies de vertebrados terrestres do país.

A estrutura fechada da floresta favorece animais de pequeno porte, mas os grandes mamíferos sofreram historicamente forte pressão de caça. As áreas protegidas são insuficientes para animais que necessitam de grandes áreas para se alimentar e reproduzir, como a onça-pintada.

A área mantém programas de proteção a diversas espécies endêmicas e/ou ameaçadas, como o papagaio-do-peito-roxo e o macaco muriqui. A grande variação altitudinal em uma área relativamente pequena cria alta diversidade de ambientes e de fauna também. A riqueza de espécies de aves, répteis e anfíbios também é elevada, não tendo sido ainda completamente catalogada.



Outros pontos turísticos



Lago Comary – Com uma bela visão do lago com pequena ilha, além da CBF, ao lado esquerdo e, ao fundo, o Dedo de Deus encoberto. Visitação aos sábados e domingos.

Mirante do Soberbo – Trevo de entrada para Teresópolis. Em dias claros, avista-se o Grande Rio, a Baía de Guanabara e a Baixada Fluminense. Do local avistam-se também os Picos Dedo de Deus, Dedo de Nossa Senhora, entre outros.

Cascata dos Amores – Praça Nilo Peçanha. Apresenta piscina natural propícia ao banho. Visitação permanente.



Feira de Artesanato de Teresópolis (Feirarte), Praça Higino da Silveira—Aproximadamente 800 barracas padronizadas comercializam cerâmica, tecido, tricô, brinquedos, bijuterias, pratos, palha, couro, camurça, plantas desidratadas, além de outros comestíveis destacando-se: mel, biscoitos, licores, chocolates, sorvetes e defumados.

Fonte Amélia – Recentemente remodelada, com colocação de azulejos e três saídas de água.

Colina dos Mirantes – Vista panorâmica de toda a cidade e do maciço da Serra dos Órgãos.

Mirante Roberto Silveira – Avista-se todo o bairro do Vale do Paraíso, parte da Várzea e da Serra dos Órgãos. Visitação permanente.

Pedra da Tartaruga – Excelente para a realização do rapel, dada a sua forma semelhante a uma tartaruga. Lugar com visual deslumbrante, garante o contato direto com a natureza.

Cascata do Imbuí – Altura aproximada de 20 m. Conta com instalação de quiosques, sanitários e área para lazer e descanso.

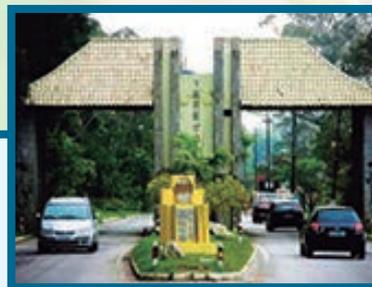
Orquidário Aranda – Exposição e comercialização de orquídeas e bromélias, entre as muitas espécies. O Orquidário foi criado com o objetivo principal de preservar as espécies brasileiras e estrangeiras, por meio de pesquisas e fecundaç es artificiais. O local é circundado por densa vegetação, entre pinheiros, araucárias e cedros, destacando-se um belo lago com carpas japonesas. É considerado um dos melhores orquid rios do Brasil.

Mulher de Pedra – Estrada Teresópolis-Friburgo. Localizado na Serra do Subaio, parte integrante da Serra do Mar; é um conjunto montanhoso de formação rochosa, com 2040 m de altitude aproximadamente. O Morro é chamado de Mulher de Pedra por assemelhar-se   silhueta de uma mulher deitada, cujo recorte é reproduzido pelos cimos das montanhas.

Vale dos Frades - Cachoeira dos Frades – Estrada Teresópolis-Friburgo. L , encontra-se o Morro dos

Cabritos, um dos mais escalados. A cachoeira possui uma queda de aproximadamente 10 m, com declive acentuado e grande volume d' gua. Forma uma piscina natural, com fundo de areia e águas transparentes. É bastante utilizada para banhos, tendo areias claras em sua margem.

Turismo Ecológico e Esportes Radicais – Ideal para montanhismo, aventuras e expedições, mountain bike, caminhadas ecológicas, passeios a cavalo, com jeeps e micro- nibus. Teresópolis é considerada a capital nacional do montanhismo. Ao lado da Rodoviária foi criada a Praça de Esportes Radicais Alpinista Alexandre de Oliveira, onde são realizados campeonatos de nível nacional.



• **Serviço - Parque Nacional da Serra dos órgãos**

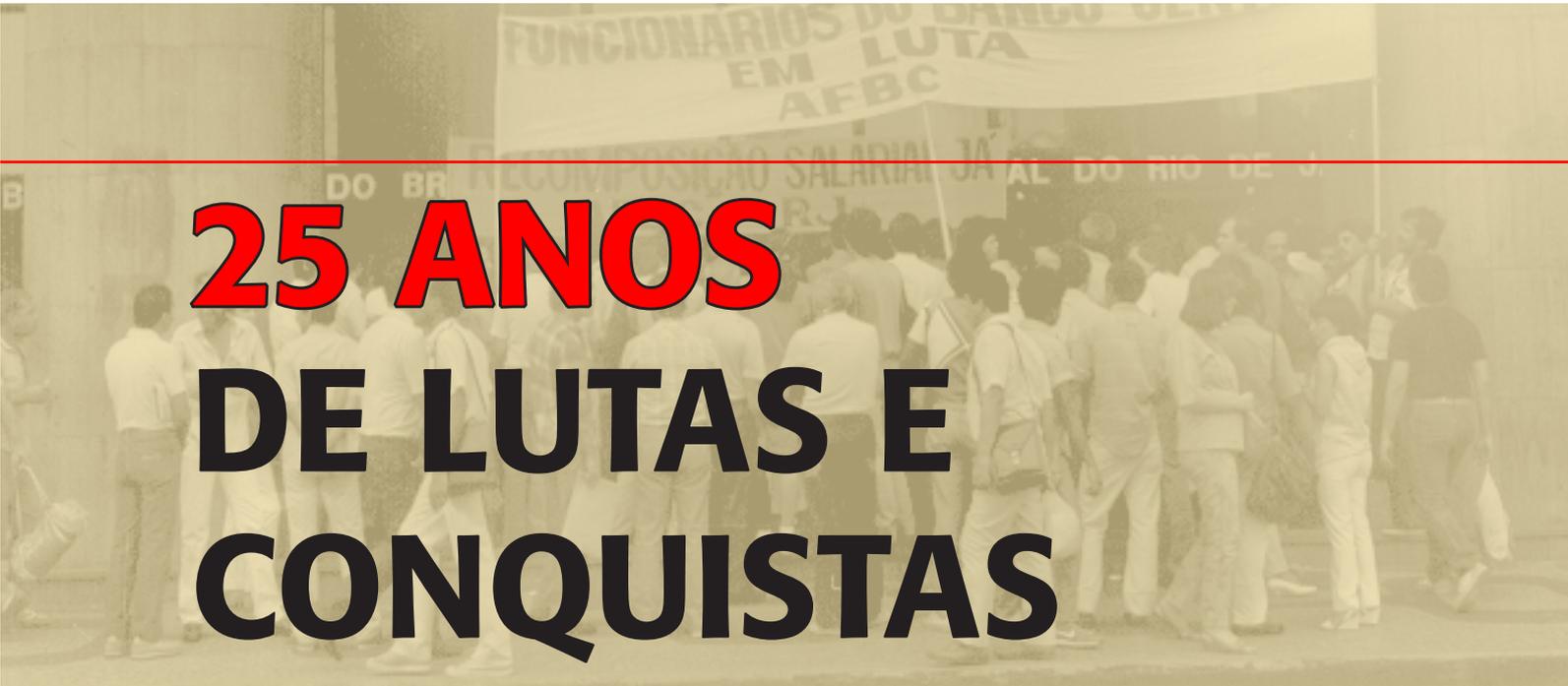
Telefones: (21) 2152-1100 / 2152-1120
www.icmbio.gov.br/parnaso

• **Serviço - Asbac**

Informações: (21) 97970-0003 e (21) 2642-1530
Cada apartamento comporta seis pessoas.

• **Como chegar**

A sede e a subsede do Parque Nacional da Serra dos órgãos podem ser alcançados pela BR116 (Rio-Bahia), sendo este acesso o mais indicado para quem vem do Rio de Janeiro, São Paulo e Niterói (RJ). Quem vem de Belo Horizonte deve seguir pela BR040 (Rio-Juiz de Fora) e desviar no acesso   Itaipava, seguindo na Estrada União Indústria até a indicação do caminho que leva à Teresópolis.



25 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

Sinal é homenageado em sessão solene na Câmara

Primейро quarto de século do sindicato é marcado com atividades nas Regionais e sessão solene em um dos principais palcos de luta do funcionalismo federal, a Câmara dos Deputados, onde, junto com o Senado, tramitam as principais proposições relativas aos direitos do servidor público.

O evento no Plenário Ulysses Guimarães, realizado na tarde de sexta-feira, 1º de novembro, por iniciativa do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), reuniu mais de 80 pessoas, entre elas, parlamentares, representante do Banco Central, dirigentes de entidades sindicais, amigos e ex-presidentes do Sinal, fundado em 28 de outubro de 1988.

As intervenções relacionaram as comemorações do Sinal com a luta dos trabalhadores

do serviço público pelo direito à sindicalização, conquistado somente após a promulgação da Constituição.

Os parlamentares destacaram os esforços do sindicato para aprovar propostas como a PEC 555/2006, que extingue em cinco anos a cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas à Previdência Social, instituída na reforma de 2003, e o projeto de regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também ficou registrada a proposta discutida há mais de duas décadas pelo Sinal, em defesa do sistema financeiro voltado aos interesses da sociedade, apresentada em 2013 em projeto de lei do senador Gim Argello (PTB-DF).



A mesa do evento foi presidida pelo deputado Izalci (PSDB-DF), representando o presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o autor do requerimento da sessão, deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), o presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, Edson Guilherme Haubert, o presidente interino do Sinal, Eduardo Stalin Silva, o diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, representando a Diretoria Colegiada da autarquia, e o secretário-geral do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.



A sessão teve início com a execução do Hino Nacional pelo coral da Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac) de Brasília, exibição de vídeo com retrospectivas das lutas desenvolvidas pelo sindicato, leitura das mensagens da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em nome do Governo Federal, do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e do presidente do Sinal, Daro Piffer.

Em seu texto, Henrique Alves qualificou o Sinal como “uma das mais ativas e combativas entidades sindicais do país, com presença importante na luta dos servidores públicos por melhores condições de

trabalho”. Para ele, o Sinal contribuiu para o fortalecimento do próprio Banco Central e do sistema financeiro em termos gerais, “sempre tendo em vista os interesses mais legítimos da sociedade brasileira”.

Ausente por motivo de saúde, Daro Piffer resumiu em sua nota o histórico de batalhas e conquistas dos servidores do BCB, a defesa do conjunto do funcionalismo, pelo reconhecimento das carreiras típicas de Estado, além da luta pelo fortalecimento e descentralização do Banco Central, com presença da autarquia em todas as unidades da Federação, pela aposentadoria digna e pela regulamentação do sistema financeiro.



Chico Lopes recordou a coincidência das comemorações dos 25 anos do Sinal e da Constituição, frisando que o Parlamento representa a média do povo brasileiro. Reforçando a necessidade de reforma política, recordou o seminário sobre o tema realizado em agosto na Casa, com a participação do Sinal. “O BC tem papel estratégico (responsável pelos juros e câmbio, entre outras funções)”, e, por isso, afirmou, “está sob forte pressão”.

Ele confirmou, ainda, seu apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 147/2012, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que eleva a carreira de especialista do BCB ao topo do Executivo e à PEC 555/2006.

Autor do Projeto de Lei (PL) 5261/2013, que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e define diretrizes para a organização sindical do funcionalismo, o deputado Policarpo (PT-DF), parabenizando o Sinal, cobrou agilidade para a votação da PEC 555.

O deputado Vítor Paulo (PRB-RJ) destacou a data do aniversário do Sinal – 28 de outubro -, “Dia do Servidor Público”. Em destaque à responsabilidade dos funcionários do BCB para a estabilidade da moeda, fez um apanhado dos concursos, sempre com grande número de candidatos, e parabenizou a iniciativa ainda nas origens do Sinal em defender “a construção de um Banco Central a serviço da sociedade”.

O presidente da mesa, deputado Izalci, afirmou ser um defensor das carreiras de Estado. “Chega um momento em que é preciso fazer o dever de casa”, salientou, defendendo a autonomia do Banco Central “independente, sem interferência e com valorização da carreira”, dirigindo-se, em especial, ao diretor de Administração, Altamir Lopes, e ao presidente interino do Sinal, Eduardo Stalin.

Rudinei Marques testemunhou a dificuldade para o dirigente sindical, nestes tempos de individualização e atomização em detrimento das causas coletivas.

“Assim, como o servidor é a face humana do serviço público, o dirigente é a face do sindicato; não há causas individuais – trabalhamos em conjunto”, finalizou.

Em saudação à mesa e ao Sinal, Edson Haubert pediu urgência na votação da PEC 555, cobrando urgência para a inserção da proposta na votação do plenário da Câmara.

O presidente interino do Sinal, Eduardo Stalin, apresentou a trajetória do sindicato e da luta dos servidores do BCB pelo direito à sindicalização, lembrando, também, os 25 anos da Constituição cidadã, que “abriu novamente as janelas da democracia”. Cobrou a regulamentação do sistema financeiro, reafirmando a proposta idealizada há 25 anos pelo sindicato. Debatida e aperfeiçoada ao longo desse tempo, está contemplada no PLS 363/2013 do senador Gim Argello (PTB-DF). “A mesma Constituição cidadã que permi-

tiu a fundação do Sinal diz, em seu artigo 192, que o sistema financeiro deve ser organizado de modo a desenvolver equilibradamente o país e a atender as necessidades da coletividade”.

Altamir Lopes declarou que a comemoração deste primeiro quarto de século não poderia se dar em local mais adequado, em alusão também aos 25 anos da Constituição. Disse que a modernização das relações está a pleno curso: “Vivemos uma nova ação entre patrões e empregados, entre servidores e governo”.

O evento foi encerrado com a apresentação das músicas *Caçador de Mim* (Milton Nascimento) e *ABC do Sertão* (Luiz Gonzaga) pelo coral da Asbac, uma homenagem especial aos ex-presidentes do Sinal, e, na sequência, um coquetel no espaço do café do Salão Verde da Câmara.



Execução do Hino Nacional pelo coral da Asbac Brasília abre a sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados



*Ex-presidentes do Sinal,
da esq. para a dir.:
Paulo Eduardo, Laerte Porto,
Sergio Belsito, Davi Falcão e
Svend Kongerslev*



*Diretor de Relações
Externas do Sinal, organizador do
evento, Luís Carlos, presidente
interino, Eduardo Stalin, com ex-pre-
sidentes nacionais do Sinal, Sergio
Belsito, Paulo Eduardo,
Laerte Porto, Svend
Kongerslev e Davi Falcão*



*Participantes da sessão solene
assistem ao vídeo dos 25 anos*

SINAL 25 ANOS



Presidente interino do Sinal, Eduardo Stalin Silva, lembra a trajetória do Sinal, fundado 23 dias após a promulgação da Constituinte, e pede a regulamentação do artigo 192 da Carta Magna



Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), autor da proposta de sessão solene dos 25 anos do Sinal



Deputado Policarpo (PT-DF), autor do PL que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)



Presidente da mesa da sessão solene, deputado Izalci (PSDB-DF) ressalta importância das carreiras de Estado e defende autonomia do Banco Central



Deputado Vítor Paulo (PRB-RJ) destaca papel do Sinal na luta pela construção de um Banco Central a serviço da sociedade



Funcionárias da equipe do Sinal nacional prestigiam o evento



(Fotos: Aurélio Pereira)



Ao final do evento, o Sinal entregou placas comemorativas aos ex-presidentes Paulo Eduardo, Laerte Porto, Svend Kongerslev, Paulo Roberto de Castro (*in memoriam*), David Falcão e Sérgio Belsito.

Edson Bartelega e José Carlos da Costa, que não puderam comparecer à sessão solene, receberam as placas comemorativas em 18 de novembro, em São Paulo.

Fenasbac homenageia um quarto de século do Sinal



Na manhã de sexta-feira, 1º de novembro, representando o presidente da Diretoria Executiva da Fenasbac, Paulo Renato Tavares Stein, a diretora Administrativo-Financeiro, Marinalva Correa de Castro, e Lucimara Bispo da Silva (marketing) visitaram a sede do Sinal nacional, em Brasília. Foram recebidos pelos dirigentes do Sinal Gustavo Diefenthaler (Comunicação), José Flávio (presidente da Regional Belém), Luís Carlos (Relações Externas), Eduardo Stalin (Presidente interino) e Isso Sendacz (Assuntos Institucionais). Na oportunidade, foi entregue um quadro em homenagem aos 25 anos do sindicato e lida uma mensagem do presidente da entidade, Paulo Stein.

Sinal questiona postura da direção do BCB durante julgamento da correção de planos econômicos no STF

“As provisões dos bancos refletem apenas as ações individuais transitadas em julgamento, referem-se apenas aos planos Bresser e Verão, não se referem aos planos Collor 1 e 2, e não se referem às ações coletivas”.

(Isaac Ferreira, procurador-geral do BCB, em *O Estado de S.Paulo* – 27/11/2013)

Diante da denúncia feita pelo advogado dos poupadores de que as instituições financeiras não constituíram adequadamente a provisão para as ações judiciais que cobram a correção dos planos econômicos sobre os saldos de poupança, o procurador-geral, representando a direção do Banco Central do Brasil, na tentativa de defender, segundo ele, a moeda, contesta uma Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida na quinta-feira, 29 de novembro, segundo vários órgãos de imprensa, o procurador-geral afirmou aos ministros do STF que as provisões dos bancos referem-se apenas a ações transitadas em julgado, não envolvendo, portanto, os valores dos processos em curso. Ora, a provisão é um instrumento que existe exatamente para que a contabilidade possa refletir as variações do patrimônio decorrentes de eventos futuros incertos, mas de provável ocorrência.

Nesse sentido, a Resolução CMN 3.823, de 2008, tornou aplicável às instituições financeiras o Pronunciamento CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos contábeis, que determina, em suma, que seja constituída provisão quando houver uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento

passado, cuja liquidação seja provável. Nos casos de ações judiciais o evento gerador da obrigação é o não pagamento do quantum devido que deu origem ao processo, não o seu julgamento.

Aliás, se dependesse do julgamento pelo STF não haveria motivo para se constituir provisão, uma vez que nesse momento a dívida já é certa e de valor determinado, assemelhar-se-ia ao regime de caixa.

O Sinal lamenta a postura da direção do BCB, tanto pelo prejuízo que pode causar aos poupadores, a quem cabe o Banco Central proteger, quanto pelo possível enfraquecimento da fiscalização da autarquia em ações que visem o fiel cumprimento da Resolução CMN 3.823, de 2008.

Infelizmente este episódio vem reforçar a prática histórica e comum dos governantes de criar o problema ao arripio da Lei, deixá-lo crescer e se multiplicar, protelar e protelar, até que ele se torne tão significativo que eles se sintam no direito de alegar que “o país vai quebrar” caso a Justiça dê ganho de causa à parte prejudicada pelo problema que eles próprios criaram.

Os ministros do STF decidiram proferir seus votos em fevereiro de 2014.

Calovi e a dignidade da representação classista

Nascido em Alegrete (RS), em 5 de fevereiro de 1951, Paulo de Tarso Calovi foi aprovado no concurso para Técnico Básico da carreira de Administração e tomou posse no Banco Central em 24 de maio de 1977, em Porto Alegre, no então Numap, componente regional vinculado ao Departamento de Administração de Recursos Materiais.

Fiel às suas origens*, logo se entrosou com os novos colegas, começando a participar, também, de atividades sociais e esportivas, o que lhe rendeu o convite, no final de 1978, para exercer a função de diretor de esportes da Asbac/DISUI, cargo que, no ano seguinte, acabou acumulando com o de Diretor Sócio-cultural.

Ao final de 1979, foi eleito para assumir a Diretoria Regional da ASBAC na capital gaúcha, por um período de três anos, sendo reeleito em 1982 para outro mandato. Em 1980, no exercício do primeiro mandato na ASBAC, tornou-se o primeiro dirigente, fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília, liberado pelo Banco Central para exercer as funções como dirigente da Associação. Nesses seis anos como dirigente regional da Asbac teve a oportunidade de conhecer e me relacionar com os demais dirigentes, situação que lhe rendeu ótimos amigos, relação que perdura ainda hoje.

Entre 1982 e 1986, aflorava no seio do funcionalismo do BCB a necessidade de uma representação própria para defender os interesses dos associados perante a Administração. Assim, a quase totalidade dos en-

tão dirigentes regionais da Asbac lançaram a ideia de torná-la representativa. A ideia não era original, pois a Associação, quando de sua criação, tinha, entre outras, a função de representação dos servidores expressa em seus diplomas legais, determinação que, não se sabe como, sumiu do Estatuto/Regimento Interno. Isso ocorreu em 1985 e Calovi considera o episódio o primeiro embrião para criação do Sinal.

Ele se recorda de uma das maiores, senão a maior assembleia nacional já realizada no BC. Lembra-se, perfeitamente, de tudo. O Banco Central usou de todos os meios ao seu alcance para impedir que a Asbac tivesse o caráter representativo.

A luta pela Associação representativa fortaleceu a união dos dirigentes regionais, culminando com o lançamento de uma chapa nacional para o Conselho de Administração da Asbac, que se sagrou vitoriosa. Calovi foi o primeiro presidente nacional da entidade eleito pelos filiados não indicado pelo Banco Central, situação que lhe obrigou a mudar-se para Brasília, onde ainda reside. Foi presidente por dois mandatos da então Diretoria Nacional da Asbac e encerrou a função como presidente do Conselho de Administração em nível nacional em 1992.

Retornou ao Banco em fevereiro de 1992, lotado no Gabinete do Departamento do Meio Circulante (Mecir), o qual coordenou até o encerramento de suas atividades em Brasília, transferindo-se para o Departamento de Cadastro e Informações (Decad). Nesse departamen-

to foi coordenador de gabinete e assessor. Em 2002, transferiu-se para o Depes, sendo cedido em setembro do mesmo ano ao Sinal para o exercício de mandato sindical. Aposentou-se em 20 de setembro de 2010.

Em 2003, atendendo aos convites de antigos companheiros de luta da Asbac, integrou a chapa vitoriosa para o Conselho Regional do Sinal na Capital. Foi reeleito para mais três mandatos, permanecendo por oito anos à frente da Regional. Nesse período, foi diretor de Relações Intersindicais e de Relações Externas por dois mandatos. Ressalta-se nesse período a realização das obras de adequação e reforma das instalações da sede do Sinal Brasília, adquirida durante a gestão 2001-2003.

Em relação à mobilização, Calovi destaca as duas grandes e últimas greves realizadas pelo funcionalismo do Banco Central em 2005 e 2006, das quais se orgulha de ter participado lado a lado com seus colegas. Para ele, esses dois momentos foram de extrema importância para o fortalecimento e consolidação do Sinal em Brasília.

Em setembro de 2007, representando o pessoal do Regime Jurídico Único (RJU), foi eleito Conselheiro da Fundação Banco Central de Previdência Privada, para o período 2007-2009, sendo reeleito, em 2009, para o mandato de outubro 2009 a outubro de 2013. Foi afastado do cargo em março de 2013, por determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Calovi diz não ter certeza se foi ou não um excelente funcionário para o Banco Central,

no entanto, tem a certeza de ter procurado, sempre, dignificar e valorizar os cargos que, democrática e legitimamente, ocupou nas entidades a ele relacionadas: Asbac, Centrus e Sinal.

* Paulo de Tarso Calovi presidiu, anteriormente, a Associação Atlética Banco do Brasil em São Sepé (RS). Foi, ainda, diretor de clube social, membro de grêmio estudantil, diretório acadêmico e quase jogador de futebol em Santa Maria (RS).



Rabanada

Nos festejos natalinos, na virada de ano, na semana santa e nos vários momentos em que o pão simboliza o novo, é ótima opção para a celebração

Prato remanescente das consoadas, reuniões familiares do interior de Portugal, outrora dedicadas a São Nicolau, a rabanada se popularizou e também se sofisticou, sendo consumida em vários países por todas as classes sociais. Em sua origem, figurava à mesa ao lado do bacalhau cozido, aletria (de herança aramáica) e filhó, encontrado no Nordeste também nos domingos de Carnaval.

Somente a partir da contra-reforma do Concílio de Trento (1545-1563) a distribuição de presentes que sucedia essas reuniões foi transferida para 25 de dezembro, em alusão ao nascimento do Menino Jesus.

A rabanada, aqui preparada geralmente à base de leite, ovos, açúcar e canela, é também consumida na Espanha durante a Quaresma e a Semana Santa. No início do século 20, era comumente encontrada em tabernas de Madri, acompanhada de jarros de vinho.

Para variados gostos e necessidades

Pode-se substituir o leite por vinho ou mel quente, o cravo por casca de limão, laranja ou outro ingrediente para aromatizar. Outras receitas variam o leite de vaca com o leite de soja e ovos por farinhas de grão de bico ou de soja.





Rabanada com calda de vinho do porto

Ingredientes para a rabanada

4 pães franceses ou baguete amanhecidos cortados com 2 cm de espessura
4 ovos
Canela em pó (a gosto)
Óleo de milho para fritura

Ingredientes para a calda

500 ml de vinho do Porto
200 g de açúcar
100 ml de mel
100 ml de água

Modo de preparo

Leve a água e o açúcar ao fogo em uma panela e deixe ferver. Em seguida, adicione o vinho do Porto e deixe ferver até reduzir pela metade. Deixe esfriar e acrescente o mel.

Reserve um pouco da calda, o suficiente para molhar as rabanadas. Bata os ovos num prato.

Passe as fatias de pão (rabanadas) nos ovos batidos e leve à frigideira com óleo para fritar. Retire o excesso de óleo com um papel toalha. Polvilhe as rabanadas com canela e em seguida acrescentar a calda por cima.



Rabanada com baba de moça, amêndoas e Moscatel

Ingredientes para a rabanada

4 fatias de pão adormecido (francês ou italiano)
4 ovos
2 taças de vinho do Porto
Óleo de milho para fritura

Ingredientes para a baba de moça

10 gemas de ovo
300 g de açúcar
150 ml de água
Amêndoas laminadas

Modo de preparo

Em um prato fundo coloque as fatias de pão com o vinho moscatel, virando-as dos dois lados para que absorvam bem o vinho. Coloque os ovos numa tigela e bata com um garfo. Mergulhe as fatias de pão (rabanadas) molhadas no vinho e em seguida leve para fritar numa frigideira até dourar. Reserve até esfriar um pouco.

Em uma panela, coloque a água e o açúcar para fazer a baba de moça. Deixe ferver até o ponto pérola da calda (antes de caramelizar). Abaixar o fogo e coloque os ovos de uma só vez. Ao mesmo tempo, misture até formar um creme homogêneo. Deixe esfriar e coloque na geladeira antes de servir. Derrame a baba de moça sobre a rabanada e sirva com as lâminas de amêndoas salpicadas por cima.

Cansaço prejudica cotidiano de brasileiros



Nada menos que 98% dos pesquisados em levantamento do Grupo Sanofi, divulgado em 3 de dezembro no jornal *O Estado de Minas*, revelaram algum nível de cansaço, 37% revelaram estar muito cansados e 37% um pouco e 24% bastante cansados. A maioria reclama do ritmo do cotidiano, que envolve trabalho, trânsito, entre outras situações, como a de levar e buscar filhos na escola.

O problema atinge brasileiros de todos os perfis, no entanto, assume proporções ainda maiores ao dia a dia das mulheres, que conciliam, em sua maioria absoluta, a manutenção da casa e os cuidados com os filhos.

São homens e mulheres de 18 a 64 anos, das classes A, B, C, D. Mulheres, jovens entre 20 e 29 anos, moradores das capitais da Região Sudeste e membros da classe C, estão ainda mais cansados, embo-

ra os índices variem pouco. A qualidade do sono, o desempenho sexual, a produtividade no trabalho e a disposição para a prática de atividade física são extremamente afetados.

Segundo o médico Alberto Ogata, presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), a sensação de cansaço passa pela percepção das pessoas, mas é preciso saber distinguir cansaço de fadiga. Esta última exige diagnóstico e acompanhamento médico, pois pode estar relacionada a problemas de saúde, como disfunções hormonais, questões psicológicas, mentais ou metabólicas, ou, ainda, a alguma doença específica.

“Pessoas com problemas pulmonares, depressão e problemas na tireoide tendem a ter maior sensação de cansaço. É preciso saber identificar se é um cansaço excessivo e procurar um médico”, diz.

Geralmente, fadigados têm dificuldade para exercer atividades do dia a dia, o que pode levar a erros, esquecimentos, irritabilidade, afetando a performance e os relacionamentos. “É um quadro que não pode ser simplesmente aceito. Se for um cansaço exagerado, ou se investiga ou se encontram maneiras de

lidar com isso. Não dá simplesmente para esperar as férias, até porque o descanso delas dura pouco e as causas do cansaço persistem”, alerta o especialista, segundo o qual o primeiro passo é organizar a rotina para evitar a sobrecarga. Cuidar do sono, da alimentação e da atividade física também é essencial.

O BRASILEIRO CANSADO

Cerca de metade da população considera sua qualidade de vida apenas regular. A percepção pode estar relacionada ao nível de cansaço.

Os principais indicadores são:

70%

Consideram o stress e a correria do dia a dia a principal causa de cansaço



40%

Tendem a não fazer nada quando chegam em casa



49%

Tem a vida sexual afetada em função do cansaço, mesmo que de vez em quando



61%

Deixam de cumprir alguma obrigação por cansaço, mesmo que de vez em quando



72%

Sentem o impacto do cansaço em suas oscilações de humor



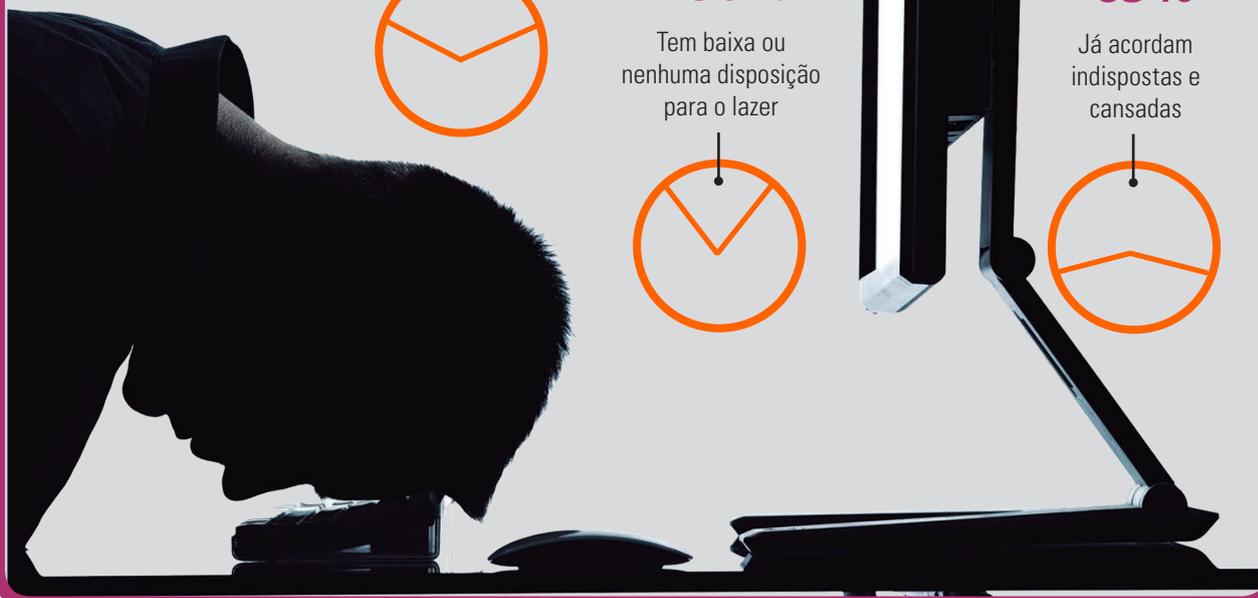
30%

Tem baixa ou nenhuma disposição para o lazer



63%

Já acordam indispostas e cansadas





Tempo de brincar

A cada virada de ano todos buscamos sonhos e desejos de melhoria em nossa qualidade de vida. Mais convivência com nossas famílias, pais, companheiros, filhos, netos e amigos.

No entanto, passadas as festas, caímos na correria lembrada na matéria anterior, e, logo, a fadiga nos faz desejar férias, feriados para, geralmente, empreendermos pequenas ou grandes viagens.

No retorno, novamente o cansaço, que acomete principalmente os que vivem nas grandes cidades do país.

A Internet, ou melhor, as redes sociais, tem sido também uma das que “roubam”, embora com suas vantagens, o pouco tempo passado em casa e mesmo nas atividades de lazer. Cenas comuns são as que se vê em bares e restaurantes, com os presentes à mesa conectados aos cada vez mais modernos instrumentos de comunicação.

Por outro lado, essa fabulosa tecnologia traz conhecimentos e, às vezes, mergulhos num passado nem tão remoto assim, quando crianças e adultos, brincando nas ruas e pequenos vilarejos, inventavam, recriavam ou relembravam jogos, alguns seculares.



É o que proporciona a pesquisa encontrada do professor, doutor, Geraldo Peçanha de Almeida no Facebook. Em *Brincadeiras e jogos típicos do Brasil*, disponibilizada na rede, ele reuniu atividades apreendidas em suas “andanças” pelo território, como informado na apresentação.

Como no país o ano deve começar para valer após o Carnaval, por que não aproveitar os momentos menos corridos até lá para socializarmos aquilo que um dia representou a alegria dos nossos pais e avós, além da nossa, é claro?

Afinal, o aprendizado não depende somente da escola!



Sobre o autor

Geraldo Peçanha de Almeida é presidente do Conselho Editorial da Pró-Infanti Editora e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Trabalhou para o Grupo Positivo, Fundação Getúlio Vargas e Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (MEB/CNBB).

Atua como consultor de redes de ensino como Pitágoras e Positivo, entre outras. Foi professor de educação infantil, das séries iniciais e do ensino médio. Foi colunista semanal de O Estado do Paraná e em outros jornais.

Consultor em educação em 58 municípios do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, integra a comissão científica da Sociedade Brasileira de



Psicomotricidade e a diretoria do Instituto Educa Brasil. Formado em educação pela Universidade Estadual Paulista, é mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná e doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A baratinha

Como brincar

- Formar pares de crianças. Determinar tempo rápido da criança defender o seu par. Ex.: Baratinha voou, sentou na cabeça "tal". O par ao lado defende-se rapidamente. Se demorar, paga uma prenda, depois de julgado pelo grupo

Idade adequada

- Todas as idades

Objetivos psicomotores e psicopedagógicos da atividade

- Trabalhar a ansiedade
- Aprimorar a coordenação motora
- Desenvolver a organização espacial
- Aumentar a atenção e a concentração
- Despertar a socialização

Batata quente

Materiais

- Uma bola
- Recursos humanos

Como brincar

- Durante o jogo, os participantes deverão ficar em círculo, onde passarão a bola de um a um dizendo: "Batata-quente, quente ... queimou!".
- A pessoa que estiver com a bola na mão na hora que todos falarem a palavra: "queimou", sai da brincadeira.
- Até ficar o último que será considerado o ganhador.

Idade adequada

- Acima de 4 anos

Objetivos psicomotores e psicopedagógicos da atividade

- Trabalhar a psicomotricidade (através dos gestos com os membros superiores).
- Trabalha a atenção e agilidade
- Trabalha o ritmo
- Trabalha ansiedade

A pesquisa pode ser encontrada em

http://geraldoalmeida.com.br/livros/brincadeiras_e_jogos.pdf



Tendo em vista a grande demanda junto ao Sinal por informações a respeito do novo plano de previdência, “Plano de Contribuição Definida”, esclarecemos algumas dúvidas através das seguintes perguntas e respostas:

1) O que é o novo Plano de Contribuição Definida - PCD?

Trata-se de plano de benefícios que está sendo criado em observância aos dispositivos do art. 14 da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, destinado precipuamente aos servidores e ex-servidores do Banco Central detentores de saldos de fração patrimonial decorrente das contribuições por eles efetuadas à Centrus antes da transposição para o Regime Jurídico Único - RJU.

2) O seu regulamento já está aprovado pelo BC?

Sim. O Banco Central, na qualidade de patrocinador não contributivo, aprovou o regulamento do PCD em 17 de outubro último.

3) Em que estágio se encontra esse novo plano e qual o seu calendário de implantação?

O regulamento do PCD foi encaminhado para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, onde se encontra sob exame. A Centrus divulgará o cronograma de implantação do plano tão logo obtenha a autorização da Previc para seu funcionamento.

4) Qual a previsão de início de sua operacionalização?

Considerados os prazos para aprovação final da Previc, estima-se que o PCD possa ser colocado em operação no mês de fevereiro de 2014, inicialmente apenas para fins de formalização da adesão de detentores de fração patrimonial.

5) Esse plano será exclusivo de quem detém a fração patrimonial na Centrus ou poderá ser extensivo a toda a categoria de servidores do BC?

A exigência de ser detentor de fração patrimonial é restrita aos servidores inativos. Assim, também poderão participar do PCD os dirigentes e servidores ativos do Banco Central e os empregados da Centrus.

6) Qual a estimativa de tempo médio para formar uma boa poupança previdenciária para quem ainda não a tem?

Isso depende de uma série de fatores e deve ser analisado caso a caso. Para facilitar essa análise, a Centrus irá disponibilizar na internet um programa que permite, entre outras variáveis, a simulação do tempo, do nível de contribuição e do benefício que o participante deverá considerar para estruturar o seu plano.

7) Dependentes de servidores poderão aderir ao plano?

Não. A regulamentação em vigor exige que os participantes tenham vínculo empregatício com o patrocinador.

8) Como será o custeio do PCD?

Os benefícios assegurados pelo PCD aos participantes e assistidos serão custeados pelas contribuições pessoais a cargo do próprio participante, pelos aportes extraordinários que

venha a fazer, como a transferência do saldo da fração patrimonial mantidas na Centrus, pelos recursos portados de planos de previdência abertos, pelas indenizações recebidas de companhia seguradora (apenas para participantes optantes pela cobertura adicional de risco de morte ou invalidez) e, exclusivamente no caso dos empregados da Fundação, também pelas contribuições patronais recolhidas pela Centrus. As despesas administrativas do PCD, previstas no plano de custeio aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo da Centrus, serão custeadas com a cobrança da taxa de administração e, eventualmente, de taxa de carregamento. Essas taxas serão cobradas em montante necessário exclusivamente ao pagamento das despesas do Plano, não tendo a Centrus interesse em obter nenhum resultado financeiro com a sua administração.

9) Quem detém fração patrimonial na Centrus deverá cumprir ainda alguma carência?

Não. O detentor de fração patrimonial que optar pelo PCD poderá requerer imediatamente o recebimento de uma das modalidades de renda mensal complementar oferecidas pelo Plano, na forma que estruturar.

10) O detentor de fração patrimonial que não optar pelo plano poderá manter tais recursos na Centrus?

Não. Os recursos correspondentes à fração patrimonial daqueles que não aderirem ao PCD serão devolvidos aos respectivos titulares após o término do prazo de opção.

11) Qual a relação desse plano com o plano oferecido pela FUNPRESP?

Nenhuma. Os participantes do FUNPRESP que desejarem poderão participar simultaneamente do PCD, de acordo com o plano que estruturarem, com base em suas contribuições pessoais, lembrando não há contribuição do patrocinador Banco Central no PCD.

12) Como será o tratamento tributário dos benefícios desse plano?

Como os demais planos de contribuição definida, o PCD oferecerá as duas formas de tributação disponíveis: a progressiva, que implica a aplicação da tabela conhecida de todos no pagamento de benefícios, e a regressiva, que proporcione a redução do Imposto de Renda em função do tempo de permanência das contribuições no plano de benefícios. Durante o período de lançamento do PCD, a Centrus divulgará informações detalhadas sobre todas as características e condições, os aspectos fiscais aplicáveis, época em que os interessados em participar terão todos os esclarecimentos necessários para a estruturação de seu plano.

A Centrus lembra que íntegra do regulamento do PCD sob análise da Previc pode ser acessada em:
www.centrus.org.br/cent/regulamentopcd.pdf

Feliz 2014!

SINAL